

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

VANESSA MUNIZ HONORATO

**RACISMO AMBIENTAL NA JURÉIA:
O IMPACTO DA ESTAÇÃO ECOLÓGICA (ESEC) NA MEDICINA
TRADICIONAL CAIÇARA**

**MATINHOS
2023**

VANESSA MUNIZ HONORATO

**RACISMO AMBIENTAL NA JURÉIA: O IMPACTO DA ESTAÇÃO
ECOLÓGICA (ESEC) NA MEDICINA TRADICIONAL CAIÇARA**

Trabalho apresentado como requisito parcial
à conclusão do curso de Licenciatura em
Educação do Campo: Ciências da Natureza,
da Universidade Federal do Paraná – Setor
Litoral. Turma: Chico Mendes/2019.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Varella

MATINHOS

2023

Dedicatória

Dedico este trabalho em Memória daqueles que tanto nos ensinaram com seus saberes tradicionais, as Benzedeadas e Benzedeados e Parteiras já falecidas.

Dedico a Nancy Prado, que tanto lutou pela garantia deste território.

Dedico a todos os povos e comunidades tradicionais.

Ao povo caiçara.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao meu amigo e companheiro Heber, por todo apoio incondicional demonstrado ao longo do período de tempo em que me dediquei a este trabalho. Obrigada pela compreensão mesmo com minha ausência em diferentes momentos.

Ao Joaquim, meu filho, que mesmo que não possa compreender, me motivou muito de maneira especial a dar continuidade no curso, me levando a buscar mais conhecimentos para realizar este trabalho.

Agradeço à minha mãe Beatriz e à minha sogra Glória pelos incentivos e por toda ajuda com o Joaquim durante o curso. Além de que, vocês desempenharam um papel significativo no meu crescimento e devem ser recompensadas com minha eterna gratidão.

Às educadoras e educadores da Lecampo e ao meu orientador por todos os conselhos, pela ajuda a qual guiaram o meu aprendizado e pela grande oportunidade de realizar este curso.

Agradeço às pessoas com quem convivi ao longo desses anos de curso que certamente tiveram impacto na minha formação acadêmica.

E a todas e a todos que contribuíram, de alguma forma, para a conclusão deste trabalho.

CAIÇARA QUE LUTA

Muitos anos de batalha
 Contra tanta truculência
 Pedindo ajuda ao estado,
 E a resposta é violência.
 O trabalho é cansativo, mas sempre com paciência.
 O povo que vê de fora
 Tão lindo, tanta beleza,
 A Juréia, o Rio verde
 Grajauna... que riqueza
 Não enxerga o caiçara que vive na natureza.
 Talvez por ignorância, muitas vezes é possível
 Não entendem o caiçara
 E o tornam invisível,
 Por não aceitar seus preceitos.
 Atitude desprezível
 Resistimos até hoje
 humildes, sem muito estudo
 Mas com muita fé e força
 Para suportar isso tudo
 Nossa história é a espada
 E nosso peito o escudo...
 O estado não reconhece
 Nossa ancestralidade
 Contrariando estudos
 Das grandes autoridades.
 Desmerecendo trabalhos
 Não aceitando a verdade.
 Pesquisas onde se uniram Caiçara, universidades,
 Para provar aos governantes
 Nossa autenticidade
 E pedir que reconheçam
 As nossas comunidades.
 Quem acha que a natureza
 Sem o caiçara é mais bela
 Deve mudar seus conceitos
 Pois fazemos parte dela.
 Somos um pingo de tinta nessa imensa aquarela.
 Vivemos do mar, da mata...
 Nosso saber é notório
 Sempre fomos guardiões
 Desse imenso território
 Terra nossa, de direito, que nos foi roubada em
 cartório.
 Terra que um dia foi dada
 Para nossa sobrevivência
 Mas várias vezes roubada
 Na mais pura indecência.
 Foi grilagem, invasão,

*Enganação, violência.
Caiçara quer ter paz
Para passar rede na praia,
tirar marisco nas pedras,
lancear no japoia...
Fazer covão, armar rede,
não quer viver de migalhas
Cadê os nossos direitos
Que sempre dizem que temos
Cadê as leis que nos amparam
Será que nunca vencemos?
Vem governo, sai governo
E quem lutam são os mesmos
Os mesmos que tem coragem
Que permanecem na terra
Até quando pela paz,
Teremos que fazer guerra??
E sonhamos com o dia
Que essa luta se encerra...
Será em nossa existência
O melhor, mais lindo dia
E em nosso território
Terá enfim alegria
E a cultura Caiçara
Reinará em harmonia.*

**Cleiton do Prado Carneiro, Caiçara da Juréia,
Mestre fandangueiro e estudante da Lecampo.**

RESUMO

Essa pesquisa tem como principal objetivo manifestar como o racismo ambiental prejudicou a continuidade do modo de vida das comunidades tradicionais caiçaras da região da Juréia, localizadas no município de Iguape, estado de São Paulo. Este trabalho discute os conflitos enfrentados pelos moradores das comunidades através da criação de uma Unidade de Conservação de Proteção Integral acarretando o êxodo das famílias e causando consequências na medicina tradicional caiçara. A investigação se deu através de uma pesquisa qualitativa, a partir de entrevista que auxiliou a responder às questões levantadas, utilizando pesquisas bibliográficas que dialogam com o tema. O propósito da pesquisa também foi de proporcionar sugestões para que as famílias que vivem no território permaneçam e deem continuidade às práticas tradicionais diante dos conflitos que o ambientalismo ultrapassado e o estado de São Paulo estabeleceram na vida das famílias que ocupam o território há séculos.

Palavras-chave: 1.Caiçaras; 2.Medicina Caiçara; 3.Benzedeiros (os) e Parteiras; 4.Conflitos Territoriais; 5.Racismo Ambiental.

ABSTRACT

This research's main objective is to demonstrate how environmental racism has harmed the continuity of the way of life of traditional caiçara communities in the Juréia region, located in the municipality of Iguape, state of São Paulo. This work discusses the conflicts faced by community residents through the creation of a Full Protection Conservation Unit, resulting in the exodus of families and causing consequences for traditional Caiçara medicine. The investigation took place through qualitative research, based on interviews that helped answer the questions raised, using bibliographical research that dialogues with the topic. The purpose of the research was also to provide suggestions for families living in the territory to remain and continue traditional practices in the face of conflicts that the Fundação Florestal established in the lives of families who have occupied the territory for centuries.

Key words: 1.Caiçaras; 2.Caiçara Medicine; 3.Benchmaids and Midwives; 4.Territorial Conflicts; 5.Environmental Racism.

Lista de figuras

- FIGURE 1 – Mapa do Contexto geográfico da área de estudo e o limite do Mosaico de UC de proteção integral. Fonte: Heber do Prado Carneiro (2023)..... 16
- FIGURE 2 – Mapa das comunidades afetadas pela EEJI. Fonte: Mapa elaborado pela equipe do geoprocessamento da Juréia (2016)..... 17
- FIGURE 3 – Mapa do ano de 1876 das localidades da Juréia. Fonte: Sistema de Informação do Arquivo Nacional- SIAN..... 23
- FIGURE 4 – Sátiro, em sua casa na Cachoeira do Guilherme, aparece na Revista Goodyear. Edição de Abril/Maio/Junho de 1991 (autor)..... 24
- FIGURE 5 – Lar Centro Espírita São Miguel Arcanjo na Cachoeira do Guilherme. Fonte: Acervo comunitário..... 25
- FIGURE 6 – Batizado realizado por Sátiro no ano de 1992. Fonte: Acervo comunitário..... 26
- FIGURE 7 – Batizado realizado por benzedeiro da Juréia. Fonte: Allan Alves Carneiro..... 37

LISTA DE SIGLAS

EEJI	Estação Ecológica Juréia-Itatins
ESEC	Estação Ecológica
FF	Fundação Florestal
FPCTVR	Fórum dos Povos e Comunidades Tradicionais do Vale do Ribeira
LECAMPO	Licenciatura em Educação do Campo
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PCTs	Povos e Comunidades Tradicionais
PNPCT	Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
UC	Unidade de Conservação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 01 – A CHEGADA DO INTRUSO.....	14
1.1 – Impactos sobre os benzimentos.....	24
1.2 – Partos, o nascimento de um problema.....	27
CAPÍTULO 2 – RESGATANDO MEMÓRIAS.....	30
2.1 – “Eles tiraram o povo que tinha aí”.....	30
2.2 – A cura através da fé e da natureza	35
CAPÍTULO 3 – ETNOCÍDIO CAIÇARA: O ADOECIMENTO DA MEDICINA.....	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	43
ANEXO 1.....	46
ANEXO 2.....	49

INTRODUÇÃO

Eu, Vanessa, caiçara, passei grande parte da infância brincando na roça, subindo em árvores, na prensa de massa de mandioca, bebendo garapa e comendo bolo de roda e apesar de viver um pouco mais próximo à cidade nunca perdi o vínculo com o território e o modo de vida tradicional. Quando na adolescência comecei a entender sobre minha identidade através de um professor, me aproximei mais dos elementos da nossa cultura, indo, por exemplo, em bailes de fandango e foi assim que conheci meu companheiro. Me mudei para a comunidade de meu companheiro aos 18 anos e me juntei à luta de seus familiares, que tem um histórico de luta pela garantia do território e por seus direitos como tradicionais.

Falar do território em que vivo e das lutas, é muito comum, pois é o que vivencio no dia a dia há, pelo menos, oito anos. Mas já são quase 40 anos que a família de meu companheiro, que agora também considero família, vem sofrendo várias violências direta e indiretamente por parte do estado, violências essas que têm como principal objetivo a expulsão das comunidades caiçaras do território, de seu lugar, onde seus ancestrais sempre viveram. Foi por meio da sobreposição de uma Unidade de Conservação (UC) de proteção integral nas comunidades caiçaras, com o propósito de preservação, que resultou no êxodo forçado de muitas famílias caiçaras desse território para as periferias das cidades do Vale do Ribeira e Baixada Santista bem como do entorno da Juréia, provocando o fechamento de diversas escolas e afetando diretamente as atividades tradicionais, como as roças, a pesca, o extrativismo, a medicina caiçara, e conseqüentemente impedindo a continuidade da tradição das parteiras e os benzimentos que elas realizavam. Como dizem Lima, Hayama e Castro (2020) "...as restrições decorrentes das políticas ambientais contribuíram na *expulsão* por cansaço de, ao menos, 13 comunidades na Juréia."

Dito isso, esse trabalho tem o propósito de mostrar a importância dos conhecimentos das parteiras, benzedeiras e benzedeiros do território caiçara tradicionalmente ocupado, na região Vale do Ribeira, tendo como recorte as comunidades Grajaúna, Rio Verde, Praia do Una, Cachoeira do Guilherme e Rio Comprido do território da Juréia que está localizado no litoral sul do estado de São Paulo, no município de Iguape. O território no qual estão situadas estas

comunidades, é composto por florestas, manguezais, vegetação de restingas, praias, cachoeiras, onde vivem cerca de seis famílias atualmente, mas que já viveram mais de 350 famílias. Há registros que os caiçaras de nossa família vivem há pelo menos 200 anos na região mantendo um modo de vida harmonioso com a natureza.

Assim trago para esta reflexão, como o racismo ambiental enquanto estratégia de violência contra as comunidades tradicionais foi estabelecido no território por meio da criação de uma Estação Ecológica (ESEC) sem consulta prévia por parte do Estado de São Paulo, passou a afetar diretamente o modo de vida das comunidades no território tradicionalmente ocupado, negando todos os direitos dos caiçaras até os dias de hoje e desconsiderando nossa história e a diversidade cultural.

Este Trabalho de Conclusão de Curso é resultado de uma pesquisa realizada durante o Curso de Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza (LECAMPO), pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) – Setor Litoral.

Para fins de organização desta pesquisa, optou-se por dividi-la nos seguintes subcapítulos, para além desta introdução: 1) Definição do objetivo geral e dos objetivos específicos; 2) Procedimentos metodológicos; 3) Revisão bibliográfica; 4) Trabalho de campo; 5) Análise; 6) Considerações Finais.

Problema de pesquisa

Como o racismo ambiental influencia a medicina caiçara das Comunidades Tradicionais da Juréia?

Objetivo Geral

Refletir acerca da influência do racismo ambiental sobre a medicina caiçara das Comunidades Tradicionais da Juréia.

Objetivos Específicos

- a) Contextualizar histórica e geograficamente, os conflitos territoriais das Comunidades da Juréia.
- b) Descrever a medicina caiçara das Comunidades da Juréia.

c) Registrar a percepção dos moradores sobre a influência dos conflitos territoriais sobre a medicina caiçara das Comunidades da Juréia.

Procedimentos metodológicos

Para atingir os objetivos específicos, este trabalho adotará os seguintes procedimentos metodológicos:

- 1) Para atingir o primeiro objetivo específico (Contextualizar histórica e geograficamente os conflitos territoriais das Comunidades da Juréia): será produzido um mapa temático digital do território (apontando a localização da comunidade e a sobreposição da ESEC sobre este), visando contextualizar os aspectos geográficos do conflito vivido pelas comunidades caiçaras da Juréia. O aspecto histórico, por sua vez, será feito através de revisão bibliográfica dos seguintes autores Diegues (1991, 2005), Silvia Regina Paes (1998), Gioconda Mussolini (1980), Pacheco (2007), Muniz (2016) e Filho(2005) e de autores caiçaras, como Franco e Prado (2020, 2021).
- 2) Para atingir o segundo objetivo específico (descrever a medicina caiçara), bem como o terceiro (registrar a percepção dos moradores sobre a influência dos conflitos territoriais sobre a medicina caiçara das Comunidades da Juréia) será realizada entrevista com uma moradora da Juréia que tem grande conhecimento sobre as práticas tradicionais e é reconhecida pela comunidade sendo referências neste assunto.

Revisão bibliográfica

Para a construção da linha de pensamento proposta aqui, foram definidas as seguintes categorias teóricas: Caiçaras; Medicina Caiçara; Benzedeiros(os) e Parteiras; Conflitos Territoriais; Racismo ambiental. Estas categorias orientaram o processo de pesquisa, leitura e estudo das literaturas consideradas pertinentes a esta pesquisa.

CAPÍTULO 01 – A CHEGADA DO INTRUSO

Acordar com o raiar do sol e o canto dos pássaros, ir até a roça pegar lenha para cozinhar no fogão a lenha e em seguida ir até a costa para pegar um peixe para o almoço, com as crianças brincando na praia, observando e aprendendo e apreciar o belo pôr do sol no morro ao entardecer e esperar a lua aparecer num céu cheio de estrelas, anoitecendo e os grilos e as cigarras cantando em sintonia. Ou então acordar antes do sol para arrancar mandioca na roça, passar o dia com os parentes raspando e relando mandioca, aprendendo e ensinando, forneando e ao final do dia comer um beiju quentinho e uma farinha torradinha, ou talvez depois de ter corvareado a roça ir num mutirão para plantar mandioca no meio de risadas e causos, partilhando momentos com os familiares e ao final do dia com o toque da viola, dançar um fandango bem animado e balanceado com os amigos até o sol raiar. Isso é ser caiçara, mas é também resistir no meio de tantas violências e injustiças, lutar pela cultura e pela garantia do território, do espaço em que vivemos, que compartilhamos histórias e conhecimentos há nove¹ gerações.

Desta forma, posso dizer que caiçaras são comunidades tradicionais que vivem no litoral sul e sudeste do país, a área abrange do Sul do Rio de Janeiro ao Norte do Paraná. O nome caiçara (caá-içara) tem origem tupi-guarani, que significa armadilhas feitas com galhos de árvores para pegar peixe. Descendem dos povos indígenas, da população negra escravizada e dos portugueses colonizadores, seus conhecimentos milenares são passados de geração em geração, resultado da miscigenação. Os caiçaras vivem em perfeita harmonia com a natureza em seus territórios e possuem uma forma de vida baseada em atividades de agricultura itinerante, da pequena pesca, do extrativismo vegetal e do artesanato.

A definição de caiçara segundo a autora Silvia Regina Paes (1998) quando se trata do pescador artesanal caiçara especificamente, afirma que são pessoas com uma enorme relação com a natureza e que esse conhecimento se dá pela experiência adquirida desde criança no convívio e nas práticas com os mais velhos, passado de geração em geração. A antropóloga Gioconda Mussolini (1980) também

¹ ...ocupação está registrada em registros paroquiais de terras realizados na década de 1850, e em genealogias que chegam até as famílias de hoje (Carvalho, 2010; Monteiro, 2002).

descreve os caiçaras e diz que vivem em perfeita harmonia com a natureza e tem uma estreita relação de conhecimento com os fenômenos naturais relacionados ao mar, mata, pesca, plantio e lua que se aprendem desde criança.

...os ventos, os 'movimentos' das águas, os hábitos dos peixes, seu periodismo, a época e a lua adequadas para pôr abaixo uma árvore ou lançar à terra uma semente ou u'a muda ou colher o que plantou. (Mussolini, 1980, p.226).

Por volta dos anos 50 as comunidades caiçaras começaram a enfrentar conflitos territoriais, como as especulações imobiliárias e grilagem, pois o território chamava a atenção por ter grandes áreas ainda preservadas. Os grileiros iam ganhando a confiança dos caiçaras que eram enganados com promessas financeiras falsas e tiveram que ir se mudando para as periferias urbanas pela pressão. E nos anos seguintes foi o início da criação de unidades de conservação (UC 's) por todo o país com intuito de "preservação" das áreas – áreas essas que já eram preservadas pelos Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) há séculos. Os lugares escolhidos para criar UC 's eram exatamente territórios tradicionalmente ocupados por povos que sempre viveram em sintonia com a natureza.

Andrew Toshio Hayama, defensor público do Vale do Ribeiro na época em que foi entrevistado, sobre o tema "Racismo ambiental, uma ameaça para a alimentação, cultura e modos de vida de comunidades tradicionais" para a revista "O joio e o trigo", em sua fala afirma que as comunidades caiçaras, por ocuparem a faixa litorânea (que acaba sendo muito atrativo), onde há uma densidade populacional maior, sofrem com o processo de expansão urbana mais intensamente, principalmente com a especulação imobiliária e por consequência esses territórios são mais afetados por conta dessa questão geográfica.

A grilagem de terras nos anos 50 nos territórios caiçara da Juréia foi intensa, houve casos de ameaças, queima de casas, muitas famílias foram intimidadas e tiveram que sair de suas casas procurando outro lugar para viver.

Meus pais foram vítimas desses grileiros que chegaram imponentes, bem vestidos e com olhares de poder. O tempo foi breve para lançarem fogo na casa de meus pais. Começaram pelo telhado de palha que rapidamente se alastrou pela moradia inteira. Em pouco tempo o lar deles havia se tornado cinza. Tudo foi queimado em nome do lucro, da especulação, da ganância do capital (Franco, 2021, p.6)

As casas das famílias que sofreram grilagens eram simples, mas chamavam a atenção na maioria das vezes por ser próximo a praia e de água potável, pois os caiçaras antes de construírem suas casas observam esses aspectos nos quintais, como os córregos de cachoeiras e nascentes. Desse modo, Adams cita Carvalho:

A estrutura da casa caiçara tradicionalmente era a mesma do caipira do interior: paredes de pau-a-pique, telhado de sapê de duas águas, algumas vezes caiada. O chão era de terra batida e os móveis escassos (CARVALHO, 1940 apud ADAMS, 2000, p.150).

No ano de 1986 foi criada a UC de proteção integral nos territórios caiçaras da Juréia, a Estação Ecológica da Juréia-Itatins (EEJI), abrangendo uma área de 82 mil hectares se sobrepondo à 22 comunidades onde viviam cerca de 350 famílias, distribuídas nos municípios de Iguape, Miracatu, Itariri, Pedro de Toledo e Peruíbe. Os mapas abaixo ajudam a compreender este contexto territorial:

LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

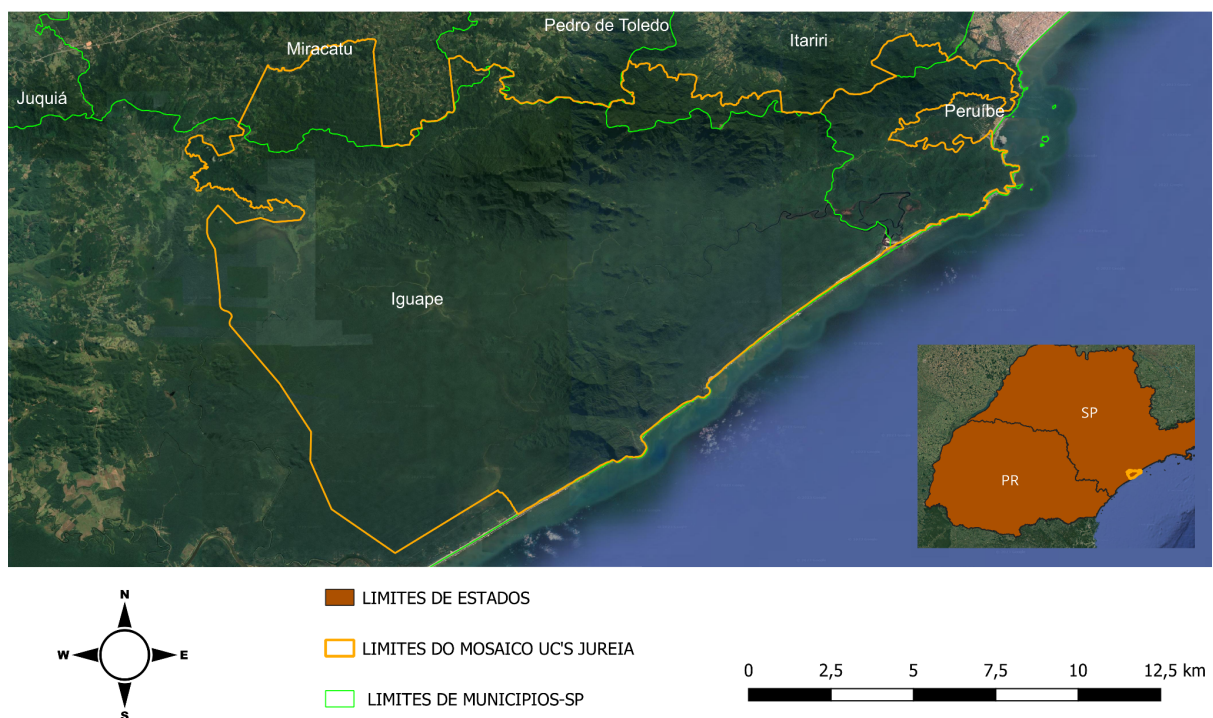


FIGURE 1 - Mapa do Contexto geográfico da área de estudo e o limite do Mosaico de UC de proteção integral. Fonte: Heber do Prado Carneiro (2023).

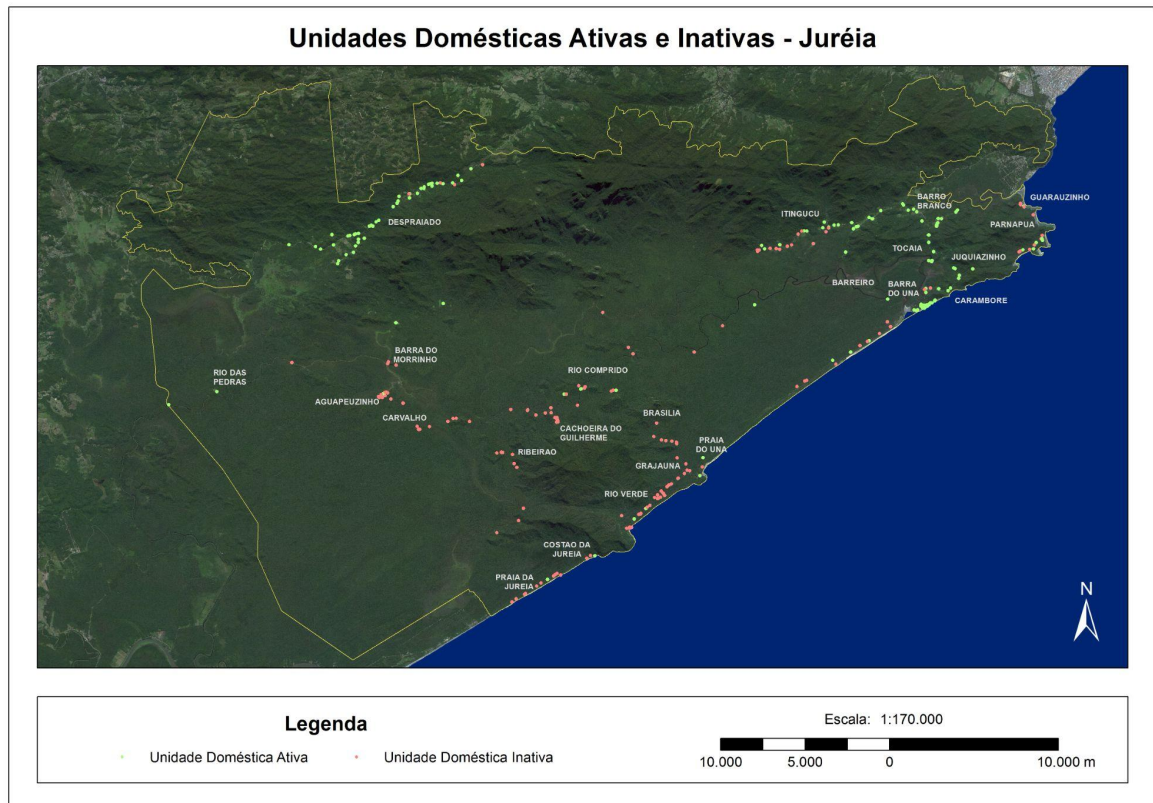


FIGURE 2 - Mapa das comunidades afetadas pela EEJI. Fonte: Mapa elaborado pela equipe do geoprocessamento da Juréia (2016).

E assim iniciou-se um processo de desterritorialização dos caiçaras devido às rígidas restrições ambientais impostas pelo órgão gestor da EEJI, a Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo, ou Fundação Florestal (FF). Os caiçaras da Juréia foram proibidos de pescar, de roçar e de caçar, afetando diretamente o modo de vida, seus únicos meios de subsistência.

A criação da Estação Ecológica Juréia-Itatins foi resultado da mobilização de grupos ambientalistas, em contrapartida a projetos governamentais e do setor privado que desconsideravam a importância da conservação ambiental: a instalação de duas usinas nucleares e a construção de condomínios de luxo. Na época de sua criação, viviam no local cerca de 320 famílias, que já habitavam a região há mais de três séculos, sobrevivendo da utilização dos recursos naturais como a pesca, a caça e o extrativismo vegetal. (Franco, 2022, p. 16).

Como diz Franco (2022), seriam instalados duas usinas nucleares devido à rica presença de urânio na região, mas com a mobilização dos ambientalistas alertando dos perigos em construir na área e pela preservação da região, surgiu a proposta de criar um santuário ecológico, mas os caiçaras imaginaram que seria

algo espiritual, leigos no assunto não imaginavam que a partir da criação da reserva a suas vidas mudariam radicalmente Franco (2021) relata que os ambientalistas agiram de má-fé entregando santinhos do padroeiro do município, o Bom Jesus de Iguape para que os caiçaras apoiassem o movimento para criar o “santuário”. Prado (2020), por sua vez, afirma que pessoas “pregavam a falaciosa retórica de que a Juréia seria um Santuário Ecológico onde os caiçaras voltariam a viver em harmonia com a natureza”.

Os anos seguintes foram difíceis para os caiçaras – muitas famílias foram multadas por fazerem suas roças, pois não tinham conhecimento que haveria consequências. Muitos começaram a sair para as periferias e outros sem escolhas começaram a trabalhar de guarda parques para a FF para sustentar a família. Durante os anos o órgão gestor procurou formas de reprimir os caiçaras, houve muita violência de forma direta e indireta como, por exemplo, vigilância 24 h pelos guarda parques, invasões de casa por agentes ambientais (que reviravam até as panelas para ver se havia caças), multas sobre as roças. Os anos que os caiçaras ficaram sem poder fazer roças resultou em perdas de várias espécies de ramas de mandioca, foi somente após alguns anos, depois de muita luta, em 1991 que conseguiram voltar a plantar suas roças de coivara², mas tendo que pedir autorização e de lidar na maioria das vezes com a demora da resposta por parte do órgão gestor da Estação Ecológica, o que atrapalha o plantio, pois a autorização chega somente depois da época de plantio, fato que ocorre até os dias atuais. Nesse sentido, Diegues (1991) afirma que

A falta de alternativas de sobrevivência é a explicação para o êxodo verificado na região. As dificuldades de plantio e comercialização dos produtos anteriormente cultivados provocou a evasão de grande parte da população. Mais recentemente, a dificuldade de produção está ligada, segundo os moradores, à regulamentação restritiva da unidade de conservação ambiental. Diante da impossibilidade de derrubada de qualquer vegetação para ampliação das roças, desconhecimento de um tipo de manejo alternativo e da proibição do extrativismo vegetal, a população é compelida a deixar a área (DIEGUES, 1991, p. 54)

2 Segundo Adams (2000), “no Brasil, o cultivo ou agricultura itinerante é uma herança indígena, e pode receber várias denominações, como agricultura/roça de coivara, roça de toco, agricultura de subsistência ou de derrubada e queima” (Adams, 2000, p.143).

Um dos métodos de cansar os moradores, além de fechar estradas e caminhos, usavam de intimidações como, por exemplo, construindo uma sede próxima às casas dos caiçaras, no caminho de acesso à praia, deixando um cachorro feroz no caminho para amedrontar as crianças. E o resultado foi que o cachorro mordeu uma criança e após várias denúncias tiraram o cão da sede da FF.

Após algumas famílias irem embora, diminuiu a quantidade de crianças e o Estado usou isto como justificativa para fechar as escolas. Assim, os pais que continuaram no território eram obrigados a sair e irem para lugares ao entorno da Juréia, para levar seus filhos para as escolas urbanas. O fechamento de escolas foi um dos principais motivos de expulsão das famílias, pois os pais não podiam privar seus filhos de estudarem. Destaco que pescar, caçar, roças e o extrativismo eram suas principais formas de trabalho, e tiveram muitas dificuldades de se adaptar sem estas práticas tradicionais, que são herança de seus ancestrais. E assim se deu o êxodo do território caiçara da Juréia, sendo o território de grande importância para os caiçaras, pois expressa nosso relacionamento com a terra e com o mar, com a natureza como um todo.

(...) é no território em sua totalidade, que ser humano e natureza concebem sua existência em toda sua diversidade, é nele que os saberes tradicionais e a cultura vivem e se recriam constantemente como parte de sua resistência. (NEVES, HONORATO, BATISTA, 2021, p. 249).

Sendo o extrativismo uma das atividades dos caiçaras, temos como exemplo a coleta de plantas medicinais, tendo um modo de extrair e de usar essas ervas, que são cultivadas no quintal das casas e na floresta, usadas para benzer, para curar e para fazer simpatias. Como descreve Mussolini (1980, p.226): “conhece o homem muito bem as propriedades das plantas ao seu redor – para remédios, para construções, para canoas, para jangadas...”. É o que as benzedeadas(os) e parteiras utilizavam quando precisavam benzer alguma criança *de susto* ou *vontade*, ou para tratar as pessoas mordidas por cobra, ou com febre e dores, ou até fazer um parto.

Antigamente as crianças nasciam em casa, pois não havia médicos na comunidade e o acesso à cidade era a pé, demorando aproximadamente dois dias para chegar – então, quando os caiçaras ficavam adoentados, eram cuidados em casa. E com as restrições da EEJI e o êxodo das famílias, esse conhecimento foi

sendo esquecido, mas não perdido totalmente, pois algumas pessoas seguiram benzendo. Mas infelizmente esse modo de vida tradicional foi muito impactado, sendo uma grande violação de direitos étnicos e uma expressão de injustiça ambiental – podemos entender esta situação a partir do conceito de *racismo ambiental*, como descreve Pacheco (2007):

Chamamos de Racismo Ambiental às injustiças sociais e ambientais que recaem de forma implacável sobre grupos étnicos vulnerabilizados e sobre outras comunidades, discriminadas por sua 'raça', origem ou cor. (PACHECO, 2007, p.5)

Tendo em vista que a expressão racismo ambiental surgiu a partir de ações do combate ao racismo estrutural, onde a população negra nos Estados Unidos, nos anos 1970 além de serem discriminadas pela cor de sua pele, sofriam com falta de políticas públicas e injustiças ambientais, como, por exemplo, grande descarte de lixo com resíduos tóxicos nos bairros onde habitavam. A expressão ganhou força e foi ampliada para abarcar as injustiças territoriais cometidas contra grupos étnicos vulnerabilizados e discriminados em razão da cor da pele, sexo, origem e condição social, tanto no meio urbano, como em áreas rurais.

Como exemplos de racismo ambiental podemos citar a criação de unidades de conservação, a grilagem, a exploração econômica dos territórios tradicionais por terceiros, falta de saneamento básico, despejos de resíduos nocivos à saúde em lugares de vulnerabilidade social, barragens, entre outras atividades.

Mas há um histórico de injustiças enfrentadas pelos povos originários, populações tradicionais, imigrantes pobres, desde o início da colonização, onde desde então precisam lutar pela garantia de seus territórios para manter sua cultura viva. Diante disso, podemos refletir através da luta de classes, onde por décadas esses povos enfrentam vários tipos de opressões em seus territórios durante o desenvolvimento do capitalismo na área rural, onde estamos localizados. Hoje podemos ver que há uma continuidade de expropriação, de expulsão, de negação e impedimento ao modo de vida das populações tradicionais e da população pobre que vive nas periferias.

Um evento no Sesc do município de Registro, ocorrido em 2019 com o tema “Pautas Sociais-Racismo Ambiental no Vale do Ribeira”, trouxe reflexões relevantes junto a lideranças de comunidades quilombolas, que teve como principal objetivo dar visibilidade à questão do racismo ambiental na região. Por anos as comunidades quilombolas sofrem com o racismo estrutural e também com o racismo ambiental, tiveram suas roças de coivara proibidas e criminalizadas, além das ameaças há, pelo menos, duas décadas da construção de barragens no rio Ribeira de Iguape que afetaria diretamente os quilombos da região. Assim diz o artigo:

O racismo ambiental se manifesta na tomada de decisões e na prática de ações que beneficiam grupos e camadas mais altas da sociedade, que atuam dentro da lógica econômica vigente. Neste contexto, projetos de desenvolvimento são implantados em regiões onde vivem comunidades tradicionais, sem que haja preocupação com os impactos ambientais e sociais para estes grupos.

Muitas vezes ligado aos impactos trazidos pela construção de cidades e grandes empreendimentos, construção de barragens, implantação de hidroelétricas, mineração, desmatamento, esgoto não tratado e uso de fertilizantes químicos próximos a territórios étnicos, o racismo ambiental está diretamente relacionado ao consumo e ao sistema capitalista.

Além de impactar o ambiente com a poluição e contaminação de solos e rios por meio de agentes patogênicos e substâncias tóxicas atos como estes afetam a saúde da população e acabam prejudicando o crescimento de uma comunidade em sua essência, quando, por exemplo, proíbe que pessoas que sempre viveram num determinado território não tenham mais acesso ao rio, pesquem, plantem ou façam suas roças (na maioria das vezes, elemento central é questão de sobrevivência para muitas comunidades).

Este tipo de racismo acontece quando os povos tradicionais e as populações periféricas não recebem o mesmo tratamento dado a moradores de áreas centrais e urbanas, quando ocorre desapropriações arbitrárias, perdas de direitos ou indiferenças e desrespeito a formas de vida de um determinado povo, sua cosmovisão, conhecimento ancestral e relação com natureza. (Pautas Sociais - Racismo Ambiental no Vale do Ribeira – Portal SESC, 2020)

Os PCTs do Vale do Ribeira que formam o FPCTVR (Fórum dos Povos e Comunidades Tradicionais do Vale do Ribeira) organização que comunidades caiçaras, indígenas, quilombolas e caboclos realizaram um manifesto no ano de 2021 para denunciar e reivindicar direitos e reconhecimento de suas origens. Relataram como o racismo ambiental afetou e continua afetando diretamente seus

territórios através da criação e sobreposição de unidades de conservação de proteção integral sobre seus territórios, das construções de barragens e das plantações de pinus e eucalipto em larga escala nos territórios. Estas atividades impactam as comunidades, visando desarticulá-las e resultando na marginalização desses povos e comunidades tradicionais.

Afirmo que as políticas ambientais do Estado de São Paulo desrespeitam o Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), que afirma que os territórios tradicionais se constituem em “espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária(...)” (BRASIL, 2007, p. 1), também pela Constituição Federal (BRASIL, 1988) e a Convenção 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho) sobre povos indígenas e tribais, um acordo internacional que foi ratificado no Brasil em 2003, onde os PCTs estão inseridos como povos tribais. Esta Convenção “além de afirmar a obrigação dos governos em reconhecer e proteger os valores e práticas sociais, culturais, religiosos e espirituais próprias desses povos.” e,

Realizar uma consulta livre, prévia e informada sempre que alguma obra, ação, política ou programa for ser desenvolvido e afete aos povos tradicionais. Independente da iniciativa pública ou privada, a consulta é prevista pela OIT 169. (OIT, 1989)

garantindo dessa forma a proteção e a valorização do modo de vida e a organização comunitária dos Povos e Comunidades Tradicionais.

Assim posso dizer, que o Racismo Ambiental decorre nas comunidades caiçaras da Juréia, através desse contexto de conflitos sociais e ambientais, quando criou a unidade de conservação de proteção integral nos territórios da Juréia e quando a Fundação Florestal do Estado de São Paulo nega a existência das comunidades e de seus ancestrais, criminalizando literalmente e expulsando de maneira indireta os caiçaras de seu lugar, de onde sempre viveram, os acusando de invasores, negando pedidos de roças, reformas de casas, fechando estradas e escolas, derrubando casas tradicionais, impactando negativamente na continuidade

dos saberes tradicionais, como os benzimentos, por exemplo. Assim afirmo que os ambientalistas e o estado de São Paulo são os *intrusos* no território tradicionalmente ocupado pelas comunidades caiçaras a aproximadamente 200 anos, ou, pelo menos, desde 1876 onde já haviam moradias e roças de mandioca nas comunidades Grajaúna e Rio Verde, como podemos observar no mapa abaixo.



FIGURE 3 - Mapa do ano de 1876 das localidades da Juréia. Fonte: Sistema de Informação do Arquivo Nacional- SIAN.

1.1 – Impactos sobre os benzimentos

A cura através das plantas e da fé são realizadas no território da Juréia até os dias de hoje, tanto por mulheres como por homens há pelo menos 200 anos, tradição passada por gerações e de extrema importância para os caiçaras, pois o benzimento e o uso das ervas medicinais era o único meio que conheciam e utilizavam para curar os enfermos nas comunidades, prática que nasceu dessa relação com a natureza. Nas comunidades Juréia, Rio Verde, Grajaúna e Praia do Una havia aproximadamente trinta famílias, onde em cada comunidade, pelo menos, uma ou duas pessoas benziam. Na comunidade caiçara da Cachoeira do Guilherme no centro da Juréia, morava um líder religioso, Sátiro Tavares que saiu da cidade de Pariquera-Açu com sua família por perseguições, por ser da religião espírita, e se instalou na comunidade. Foi nos anos 1960 que nossa comunidade o conheceu, isso quando Sátiro fora indicado por outro benzedeiro da região, pois somente Sátiro poderia curar tal enfermidade. A partir de então ele virou referência para nossa comunidade, e em certo momento da história também havia virado referência para outras várias comunidades do município de Iguape e municípios vizinhos.



FIGURE 4 - Sátiro, em sua casa na Cachoeira do Guilherme, aparece na Revista Goodyear. Edição de Abril/Maio/Junho de 1991 (autor)

A Cachoeira do Guilherme era visitada frequentemente em busca de conselhos, remédios, benzimentos e curas, além das tradicionais festividades religiosas, regadas de muitas orações, fé e fandango em seu mais amplo contexto,

dentre os festejos os mais conhecidos eram o de São Miguel Arcanjo (29/Setembro), São João (24/Junho) e, o dia 25 de Março (dia em que Jesus Cristo fora concebido) que era exclusivamente data de orações, onde também aconteciam os batizados das crianças das comunidades da Juréia.



FIGURE 5 - Lar Centro Espírita São Miguel Arcanjo na Cachoeira do Guilherme. Fonte: Acervo comunitário



FIGURE 6 - Batizado realizado por Sático no ano de 1992. Fonte: Acervo comunitário.

Muitos caiçaras que já praticavam benzimentos aprenderam mais com Sático, como as simpatias, as garrafadas que “São preparos onde se adicionam diversos ingredientes medicinais, como ervas, galhos, e raspas de tronco, dentre outros, cada qual servindo a determinada enfermidade.” (Muniz, 2016) e também algumas rezas, outro método de cura que realmente acreditam. Apesar da distância, muitas famílias o procuravam, pois sua medicina na região sempre foi reconhecida. Há casos de pessoas que estavam desacreditadas pelos médicos da cidade e o procuravam imediatamente e ele os curava. Contam os caiçaras mais antigos, que há cerca de 30 anos (por volta dos anos 1990), uma menina de 10 anos foi diagnosticada com paralisia infantil, quando ela chegou na comunidade e ele a viu, disse que ela ia se curar e retornaria andando para casa, que era aproximadamente 50 km de distância, o que aconteceu após determinado tempo de tratamento na casa de Sático e hoje aquela menina é uma mulher saudável e com família constituída.

Anos após a morte de Sático (faleceu no ano de 1996), houve um esvaziamento da comunidade da Cachoeira do Guilherme, pois as famílias que ali viviam inclusive a de Sático que davam continuidade à religiosidade infelizmente foram forçadas a deixarem o local pelas restrições ambientais impostas pela UC, resultando em um “meio ambiente sem gente”.

Ainda há poucas pessoas que benzem na comunidade do Rio Verde e Grajaúna, infelizmente muitos benzedores e benzedoras já se foram pela idade ou até por não estarem mais na comunidade, em razão do êxodo forçado das famílias, poucos continuaram no território resistindo, mas esse conhecimento continua preservado, pois as famílias que saíram procuraram maneiras de dar continuidade às tradições, principalmente praticando os benzimentos, porque é algo que realmente acreditam.

1.2 – Partos, o nascimento de um problema

Por volta dos anos 80 as crianças caiçaras ainda nasciam em casa nas comunidades da Juréia, havia parteiras caiçaras que realizavam os partos voluntariamente, elas acompanhavam as mães durante todo o trabalho de parto, utilizando de métodos tradicionais ao ritmo dos acontecimentos, proporcionando segurança e confiança à mãe antes, durante e também nos dias seguintes ao nascimento, no cuidado do resguardo com várias orientações, pois há riscos como hemorragia, inflamação dependendo do alimento que come, entre outras coisas, então as mães continuavam sendo orientadas pelas parteiras durante alguns dias. “Guardar o resguardo”, como diz a expressão, é se resguardar até quarenta e cinco dias, ou seja, tomar cuidado ao levantar peso, fazer força de qualquer natureza, restrições na alimentação, tudo isso faz parte da tradição e segundo essa tradição o último dia do resguardo é tão mais importante que o primeiro.

Esse conhecimento empírico sempre foi praticado por mulheres da comunidade e era passado pelas avós, mães e tias das parteiras que tinham interesse em acompanhar desde cedo os partos. Filho (2005) relata como acontecia o preparo para o parto relacionando com as credices tradicionais,

A parteira caiçara, quando é chamada para os trabalhos do parto, obedece a um ritual que ela segue religiosamente. Começa com a preparação do ambiente, a arrumação do quarto e a fervura da água em vasilhas especiais: prepara o banho dos “quartos” da parturiente com ervas especiais. A seguir, passa uma vistoria cuidadosa nos panos e lençóis que vão ser usados para “aparar” o vivente. Após certificar que tudo está em ordem, inicia a parte mística do seu trabalho, com a defumação da casa e do quarto, com a

queima de folhas de plantas aromáticas, ao mesmo tempo que faz orações, invocando a proteção para o sucesso do serviço. Não se esquece de se informar a respeito da maré e vai olhar no porto da casa a movimentação das águas. Ao Voltar, se for necessário, acalma a parturiente, afirmando, baseada na sua experiência e sabedoria – “[...] a criança tem hora certa para nascer... ninguém vem ao mundo antes do tempo. O vivente chega sempre na força da maré, na fortidão da água e da lua. A força da lua, a força da maré e da natureza é que fazem o serviço, a parturiente só deve ajudar, para que tudo dê certo [...]” (FILHO, 2005. p.67)

Mas com a hospitalização do parto e o avanço da medicina, após um determinado período os partos em casa não puderam mais acontecer e essa tradição não teve continuidade no território.

Estes novos valores, incorporados pelas comunidades fazem com que “as práticas das parteiras vão sendo substituídas, o parto se institucionaliza e o saber médico é legitimado em detrimento do saber da parteira, que se tornou nos centros urbanos, práticas do passado” (BARROSO, 2009 apud Muniz, 2016, p.38)

Hoje nos hospitais vemos muitos casos de violência obstétrica, pois há notícias de médicos e auxiliares que maltratam e abusam de gestantes, não respeitam suas vontades, utilizando intervenções desnecessárias, agredindo física e verbalmente as mães no momento do parto e no pós-parto, resultando em terríveis traumas. Com experiência própria, posso afirmar sobre a ocorrência desses abusos, os profissionais de saúde, não tão profissionais assim, utilizam de vários exames de toque desnecessários, impedem a posição desejada na hora do parto (a imposição da posição de litotomia), o uso da episiotomia mesmo que a mãe não queira, a ausência de acompanhantes no momento do parto, insultos, um tratamento totalmente desumano e acabam não passando muitas vezes as informações que realmente necessita para os cuidados, além do aumento desnecessário dos partos cesáreas.

Na maioria dos hospitais é um médico homem que faz o parto, acaba sendo totalmente constrangedor, pois é um momento íntimo e a mulher quer nesse momento se sentir à vontade, pois é tradição que a chegada de uma criança seja cercado por mulheres e infelizmente no hospital isso não acontece. E após o nascimento, é comum que o recém-nascido seja levado para pesar, medir e a mãe só vai conhecer depois de um tempo. Há estudos que comprovam que o primeiro

contato com a mãe após o nascimento é necessário para estabelecer o vínculo, além de que é fundamental para a amamentação ser bem-sucedida, assim acabam tirando totalmente a autonomia da mulher e seu poder de escolha.

Contemporaneamente, conforme destaca Barroso (2009), o aprimoramento da medicina científica, exigindo o trabalho da obstetrícia feito por médicos, aliado a um discurso higienista, favorece a “medicalização e os “abusos excessivos” do uso de novas tecnologias (Muniz, 2016, p.38).

Os partos praticados pelas mulheres das comunidades, durante o cuidado não haviam intervenções sem o consentimento das mães, não havia violência, as parteiras respeitavam o ritmo de cada mulher e após o nascimento não se interferia na intimidade da mãe e do recém-nascido e os trabalhos de parto às vezes demoravam dias. Era um parto humanizado como se chama nos dias de hoje e os remédios mais utilizados eram aqueles cultivados no quintal da casa, como as ervas com as quais se preparam os chás caseiros, banhos de assentos, óleos caseiros, simpatias, que tanto servem para ajudar no procedimento do parto como também na recuperação pós-parto. Atualmente podemos ver que alguns aspectos vêm melhorando como, por exemplo, o exercício da profissão das doulas que acompanha as mães durante a gestação até o parto, que são na maioria das vezes parteiras que se especializam para acompanhar as mães. Mas não são todas as gestantes que têm essa oportunidade ou condição, pois é um investimento para conseguir uma doula para acompanhar e a realidade financeira das caiçaras é totalmente diferente. Só seria possível se uma caiçara fizesse o curso para doula e praticasse voluntariamente a doulagem, ou seja, o acompanhamento durante o parto.

CAPÍTULO 2 – RESGATANDO MEMÓRIAS

Para atingir os objetivos específicos 2 e 3 deste trabalho, que são “Descrever a medicina caiçara das comunidades da Juréia” e “Registrar a percepção dos moradores sobre a influência dos conflitos territoriais sobre a medicina caiçara das comunidades da Juréia”, nos baseamos nas pesquisas qualitativas, mais especificamente na metodologia da entrevista, com roteiro ou semi-orientado (Queiroz 1991). Segundo o autor, neste tipo de pesquisa, o pesquisador, “de tempos em tempos efetua uma intervenção para trazer o informante aos assuntos que se pretende investigar.”

Para tanto, utilizei algumas perguntas guia, para auxiliar durante a entrevista (que estão anexadas, na íntegra, ao final deste trabalho, no Anexo I). Antes de iniciar a pesquisa, li o termo de consentimento livre e esclarecido, solicitando a autorização para a gravação e uso das informações prestadas (este termo está no II da presente pesquisa).

De um modo geral, tentei entender como a benzedeira tradicional compreende os impactos da EEJI sobre a medicina caiçara, e como acontecia a medicina caiçara no território da Juréia, em momento anterior a essa invasão.

2.1 – “Eles tiraram o povo que tinha aí”

*“Quem vai benzer no futuro
As crianças ao nascer?
Quem benzia está indo embora(...)”
(Benzedura – Janaína Maia)*

A entrevistada selecionada é uma das únicas benzedeiros caiçaras vivas do território tradicional do Grajaúna e Rio Verde, que infelizmente não está mais no território por conta da intrusão da ESEC. Vive há alguns anos na Barra do Ribeira, bairro localizado ao entorno das comunidades da Juréia, mas nunca perdeu seu vínculo com o território, seus costumes e sempre lutou para retornar. O bairro da Barra do Ribeira foi onde boa parte dos caiçaras expulsos do território procuraram meios para sobreviver.

No dia 07 de outubro de 2023, no conforto de sua casa, após seu consentimento, Glória, 65 anos, benzedeira, moradora tradicional da comunidade

Rio Verde e Grajaúna, relatou o que entende sobre os benzimentos e partos tradicionais que aconteciam no território antes da implantação da UC de proteção integral,

O que eu sei de parto que acontecia, que todas as crianças que nasceu aí (nas comunidades da Juréia), como minha mãe que teve dez filhos e minha tia Maria teve nove e todas as minhas tias tiveram filho aí no Grajaúna, no Rio Verde, tudo foi de parteira, toda a comunidade inteira, tinha 300 e poucas famílias e todas essas comunidades inteiras era a parteira que fazia, não tinha médico (na comunidade), era só parteira, né. E graças a Deus nasceram todos perfeitos, todos com saúde, todos bem, nunca deu problema nenhum, nenhum problema, só de que eu lembro tem mais de 50 crianças que nasceu aí, só do que eu lembro, no meu tempo.

E os benzimentos, tudo era benzimento, nós não ia no médico, tudo era benzido. (Entrevista com Glória realizada em Barra do Ribeira, em 07 de outubro de 2023.)

Desse modo, pode-se observar como era de grande importância essas práticas no território, o benzimento era o único meio que os caiçaras entendiam por cura e os remédios feitos através das ervas medicinais. Às vezes utilizavam remédios comprados quando os benzedeiros indicavam por ser necessário, como dipirona. Como relata:

Tudo era benzido, vermes era benzimento, tomavam remédio também né, mas só que era mais era benzimento, se fizessem um corte na perna, no pé que não levava ponto que não tinha médico era muito longe, era benzimento pra parar o sangue. E se tinha um cobreiro que hoje falam outro nome, também era benzimento, tudo era benzimento, dor de dente era benzimento, só tratavam com benzimento e chá, isso eu sei porque eu morei ai eu lembro. (Entrevista com Glória realizada em Barra do Ribeira, em 07 de outubro de 2023.)

Glória afirma a importância dos benzimentos, pois sempre fez parte de toda sua vida, e foi dessa maneira que criou seus filhos: curando-os com benzimentos. E atualmente ainda é muito procurada pela prática. Sobre como adquiriu este conhecimento, Glória comenta que,

Eu aprendi com meu padrinho, que se chamava Sátiro da Silva Tavares, morava lá na Cachoeira do Guilherme, ele benzia todo mundo né. Eu aprendi com ele, aprendi com minha mãe, e minha vó, minha vó sabia benzer também ela me ensinou. (Entrevista com Glória realizada em Barra do Ribeira, em 07 de outubro de 2023.)

Podemos dizer que a maioria dos caiçaras aprendiam a benzer, pois era um costume, passando pelas gerações, de mãe e/ou pai para os seus filhos e quando se mora longe da cidade é necessário se adaptar e o uso medicinal das ervas faz parte dessa adaptação e é uma herança secular dos caiçaras. Glória contou que havia muitas pessoas que benziavam, mas que infelizmente muitos já faleceram pela idade avançada e atualmente são pouquíssimas pessoas que benzem. Era comum que em cada comunidade houvessem pessoas que benziavam, tanto homens como mulheres, assim disse,

Tia Benedita, que era mulher de tio Sezinando, tio Sezinando sabia benzer também de sapinho³, benzia de cobreiro também, e conheci finado Justino que também fazia isso e conheci pra cá (no entorno da Juréia), conheci seo Domingos... tinha finado Dionísio, tinha Velho Neto que benzia de quebrante⁴, tinha Tio Arcide que benzia também de cobreiro, tinha bastante gente que benzia de tudo, cada um benzia de uma coisa. Agora Seo Sátiro (benzedor das comunidades da Juréia) benzia quase tudo, tudo que mandavam pra ele, ele benzia, qualquer coisa ele benzia. (Entrevista com Glória realizada em Barra do Ribeira, em 07 de outubro de 2023.)

E desse modo, durante nossa entrevista completou dizendo que até partos ela já fez. Ela contou que fez o parto de sua irmã mais nova, que nasceu em casa de seus pais na comunidade do Grajaúna (antes de ser implantada a UC de proteção integral) e além de ter participado do parto de um primo, mas não ajudou pois sua mãe no momento auxiliava sua avó que era parteira e complementa que se hoje precisasse fazer um parto, ela faria, apesar da pouca experiência, pois não aprendeu muito. Glória conheceu muitas parteiras das comunidades da Juréia, afirmou que havia bastante parteiras, em quase todas as comunidades. Lembra de ter conhecido pelo menos 11 parteiras e outros tantos benzedeiros e benzedoras, alguns aos quais cito aqui como uma singela forma de homenageá-los, que estavam distribuídas pelas comunidades da Juréia, como sua avó que morava no Rio Verde e outras nas comunidades vizinhas, comunidade da Cachoeira do Guilherme, da Praia

3 Sapinho na boca como é conhecido popularmente, é uma candidíase oral provocada por um fungo.

4 Quebrante ou quebranto (quebranto bom (de amor) ou quebranto ruim (de ódio)) é um mal-olhado que deixa a criança fraca e debilitada. O caiçara, conforme Queiroz (2006), pode adoecer por “excesso de amor dirigido por seus parentes ou espíritos ancestrais”. Quando advém de parentes vivos, o excesso de amor é chamado de “quebranto”; Quando a pessoa está com mau-olhado, ou seja, “recebe sentimentos negativos de outros, como inveja, cobiça ou ódio, mesmo quando eles não se expressam, isso poderia causar vários transtornos, inclusive doença” (QUEIROZ, 2006, p. 206).

do Una, do Costão da Juréia, etc. E ao final concluiu admirada por ter conhecido a parteira de sua avó,

E Tia Téquinha que morava aqui na Juréia, essa tia Téquinha diz que fez o parto da minha mãe, da minha avó ela que fez o parto e ainda conheci ela ainda, já pensou!!! (Entrevista com Glória realizada em Barra do Ribeira, em 07 de outubro de 2023.)

Glória descreve como acontecia os partos em casa, conta que durante o processo havia vários tipos de simpatias, usavam óleos caseiros (banha de animais), por exemplo, para fazer massagem para girar a criança no útero para ficar na maneira correta de nascer, banhos de ervas para ajudar na dilatação e para diminuir a dor e assim por diante. E após o nascimento havia banhos específicos para a mãe se recuperar. Relata que nunca houve nenhum problema nos partos que aconteciam em casa nas comunidades, além de que há muita diferença dos partos que acontecem hoje nos hospitais,

No sítio era mais preservado as coisas né, agora lá no hospital tem muita bactéria tem muita doença, tem muita coisa, tem muita gente, muita mistura, e no sítio o parto era tranquilo, era limpo, lá também é limpo, não é por isso, mas é porque tem muita bactéria no hospital, quantas doenças não tem, quanta mistura de gente não tem lá. (Entrevista com Glória realizada em Barra do Ribeira, em 07 de outubro de 2023.)

Assim, afirmou que após a criação da EEJI, que sua avó com quem tinha mais proximidade, ficou com medo de realizar os partos, pois havia muitos policiais e guardas parques transitando pelo território e que diariamente os intimidavam de diversas maneiras. Disse que nunca falaram explicitamente que era proibido dar continuidade nos partos, mas os guarda parques e as pessoas que não eram da comunidade falavam que se acontecesse algo com a mãe e com o filho as parteiras seriam responsabilizadas. Quando Glória teve seu primeiro filho, há 42 anos, sua avó a acompanhou até a cidade, mas não realizou seu parto devido às intimidações que sofria:

Ela não fez o meu parto porque ela tinha medo porque eles falavam né que não podia mais porque era perigoso, eles não deixavam mais, não que não deixassem, ela ficava com medo né, porque tinha médico, já meteram medo nela que de repente acontece alguma coisa, ela ficou com medo e não fez mais partos. (Entrevista com Glória realizada em Barra do Ribeira, em 07 de outubro de 2023.)

O mesmo aconteceu com os remédios caseiros, Glória exclama que se acontecer algo quando alguma pessoa tomar aquele remédio que a benzedeira ensinou, mesmo não sendo efeito do remédio ensinado, a benzedeira pode ser responsabilizada, então não se pode mais ensinar para quem não é da comunidade para não ter problemas. Mas que antes nunca ninguém ficou doente, mas sim melhorava.

De primeiro, tomavam remédio purgante para dor, pronto saia aquela dor, quantas vezes não fizemos isso. Hoje a gente vê uma criança doente, não podemos dar o remédio, tem que ir pro médico e é isso que estraga o lugar. (Entrevista com Glória realizada em Barra do Ribeira, em 07 de outubro de 2023.)

Podemos observar a partir da fala da entrevistada, uma das estratégias do órgão gestor da EEJI foi de cansar os caiçaras, fazer com que as pessoas fossem até a cidade para terem seus filhos, ou comprar seus remédios, mesmo sendo a quilômetros de distância e aliás, a pé. Glória conta que em momento nenhum a FF proibiu a prática dos partos, mas que “*tirou o povo que tinha aí*” (do território), desse modo, explicou que com as proibições impostas pela UC mudou todo o modo de vida, fazendo com que sua avó e as demais parteiras se mudassem para a cidade, além dela e de sua família. Com indignação relata como seus familiares foram obrigados a sair do território:

Eu vim pra cá para Barra e o pessoal lá da Cachoeira do Guilherme foram saindo todo mundo, então não tinha como viver aí (na comunidade) então foi saindo e no jeito de outro, foi eles sim que expulsaram né, porque a pessoa não tinha onde trabalhar, não tinha como morar aí foi obrigado a sair não tinha como viver aí, como é que ia viver aí se não deixavam fazer roça, não deixavam pescar, não deixavam caçar, não deixavam fazer nada, a gente teve que sair todo mundo e os mais velhos também saíram com os filhos, quis ir embora saíram e foi se perdendo a nossa cultura né e tá se perdendo muito mais. (Entrevista com Glória realizada em Barra do Ribeira, em 07 de outubro de 2023.)

Considerando após a fala de Glória, percebe-se que essas restrições impostas pela FF resultaram na diminuição da medicina caiçara pelo grande êxodo rural que se estabeleceu no território da Juréia. Glória alega que como as pessoas foram expulsas de certa forma, por cansaço do seu lugar, a cultura e os costumes foram se acabando por culpa do “*meio ambiente*” (se referindo ao movimento dos

ambientalistas, à ESEC, ao Estado de SP) além de que a vida comunitária foi se perdendo em alguns aspectos, pois enquanto as pessoas vivem em comunidade elas ajudam uma às outras quando se é necessário, por exemplo, numa troca de alimentos, ou num mutirão de roça ou mesmo no ato de benzer e cuidar dos familiares,

Eu acho que foi se perdendo por causa de serem *expulsado* do lugar que morava, eu acho isso, que muita gente foi expulso, moravam todo mundo aí foi saindo o pessoal, aí cada um pega um rumo cada um sabe, vai ser perdendo a cultura né, aí ninguém mais ensina ninguém, aí não tem mais onde procurar benzimento né e aí já procuram o médico e aí fica assim, acaba-se por isso, por não ter mais moradia no lugar que nós morava e acaba com as culturas. (Entrevista com Glória realizada em Barra do Ribeira, em 07 de outubro de 2023.)

A benzedeira narra que hoje vê muitas pessoas adoecendo, o que não acontecia com tanta frequência na época em que moravam no território, pois as pessoas se alimentavam bem, tomavam chá de ervas e o remédio era o benzimento. Depois que os caiçaras começaram a ter que ir embora para as periferias urbanas começaram a adoecer, pois começaram a tomar remédios comprados, “*isso é uma droga não é remédio*”, se referindo assim aos remédios industrializados e além de que a maioria não acredita mais na cura pelas ervas ou por benzimentos, pois conseqüentemente começaram a se consultar somente com médicos. Glória, deu o exemplo de seu pai que desde que nasceu sempre viveu no território, que hoje com 94 anos, não precisa tomar muitos medicamentos comprados, sempre se curou com as ervas medicinais e simpatias, como de costume no território. E se referindo às mulheres especificamente, concluiu,

As parteiras cuidavam muito bem das mulheres, ninguém tinha problema, quando se via uma mulher com problema que nem agora, tem tanto problema, era para não ter porque os médicos que cuidam né. (Entrevista com Glória realizada em Barra do Ribeira, em 07 de outubro de 2023.)

Desta forma, após nossa conversa, de muita sabedoria, mas de perdas das práticas do parto e violências enfrentadas, Glória finaliza nossa entrevista afirmando que “*O benzimento a gente tem que manter, porque não pode perder, tem que sempre alguém fazer*”.

2.2 – A cura através da fé e da natureza

Trago aqui neste subcapítulo alguns detalhes específicos a respeito da medicina caiçara, sobre as ervas medicinais e seus usos. “*Mais que isso não posso falar*” como cita uma entrevistada no trabalho do Muniz (2016), assim digo, porque Glória afirma durante a entrevista que muitos pesquisadores e pesquisadoras já usaram de má fé com o conhecimento dos caiçaras, pesquisando as ervas e o seu preparo e publicando sem o consentimento ou patenteando-os, ganhando às custas do conhecimento tradicional sem dar mérito dos detentores desses conhecimentos. Por esse motivo, não trarei muitos detalhes. Mas afirmo a importância de trazer esse debate ao conhecimento dos leitores, de como a medicina caiçara é rica e como sua função é fundamental para a continuidade desses saberes no território tradicional.

As ervas medicinais têm grande poder curativo, usadas desde os primórdios, conhecimento que foi passando pelas gerações, utilizada por grande maioria das populações tradicionais e populações do campo. São diversas ervas que existem no território da Juréia, como de costume cultivadas nos quintais das casas e coletadas na floresta. Comumente utilizam-se ervas e plantas para curar e também para evitar as enfermidades, como hortelã, quebra-pedra, boldo, guaco, tancház, carqueja, folha de pitangueira, capim cidró, fé de gozo, erva sete sangria, erva santa maria, varre forno (erva-baleeira), fruta do caraguatá, avenca, cana do brejo, mentruz, etc. Cada uma tem uma função e há muitas formas de preparo, por exemplo, fazendo chás, xaropes, emplastos, garrafadas; para curar de tosse, doenças no rim, doenças no estômago, inflamações tanto internas como externas, infecção urinária e assim por diante.

O benzimento aliado à espiritualidade, unem essas ervas medicinais com orações e gestuais específicas, geralmente utilizam ramos de plantas, as mãos e dependendo do benzimento objetos, como, peneiras, garrafas e panos. As enfermidades tratadas são doenças físicas como, dor de dente, dor de barriga, vermes, cobreiros (herpes), sapinho (mais comum em crianças), espinhela caída, esipra ou erisipela, para estancar sangue quando se cortavam antigamente, como citou a entrevistada e até quando as crianças ficam com desejo de algo específico. Há também as doenças espirituais como, por exemplo, quebrante ou quebranto, o susto e tantos outros sintomas físicos causados por problemas espirituais.



FIGURE 7 - Batizado realizado por benzedeiro da Juréia. Fonte: Allan Alves Carneiro

CAPÍTULO 3 – ETNOCÍDIO CAIÇARA: O ADOECIMENTO DA MEDICINA

Neste capítulo compartilho alguns debates que podem auxiliar na procura da resposta do seguinte problema que aponto na pesquisa – como o racismo ambiental influencia a medicina caiçara das Comunidades Tradicionais da Juréia?

Observemos que no decorrer deste trabalho é abordado a todo momento as dificuldades enfrentadas pelos caiçaras no enfrentamento de problemas relacionados a entraves na manutenção de seu modo de vida, o que literalmente inclui a qualidade de vida e o bem-estar dos moradores. Os fatos e relatos apontando que tudo começa a partir do momento da implementação de uma legislação ambiental que além de muito restritiva, criminaliza aqueles que vivem em plena harmonia com o ambiente do qual são parte essencial.

O ponto de início do conflito acima citado foi a sobreposição da UC de proteção integral, uma ESEC, sobre o território secularmente ocupado por diversas comunidades tradicionais. Esse processo foi truculento e desleal, de maneira a privar os principais afetados da tomada de decisões ou ao menos da participação, marginalizando-os a ponto de só se darem conta do ocorrido quando chegaram as primeiras levadas de fiscalização e autuações, junto às violências e opressões trazidas por guarda parques e demais agentes da FF. A partir daqui falamos sobre os pontos centrais desse trabalho – conflito territorial e o racismo ambiental.

No confrontar das leituras realizadas com o trabalho de campo (entrevista) notamos que o processo de criação da UC foi extremamente apartado da comunidade, se aproveitando da pouca informação legislativa obtida pelos moradores e pelo distanciamento geográfico dos centros urbanos. A sua implantação não contou com a consulta prévia às populações que ali viviam, o que poderia sanar várias situações de conflitos e de perdas. As comunidades foram quem arcaram com as consequências desse processo. A criação da UC da forma como ocorreu caracteriza o racismo ambiental e nos resultados desse processo isso é reafirmado.

De modo duro e penoso o território, desde a criação da UC, passou e passa por muitos danos na sua cultura (modo de vida), muitos deles irreversíveis. O

principal dano causado à comunidade foi a perda do acesso ao seu próprio território, no momento em que foram proibidos de pescar, de fazer suas roças, de fazer o extrativismo. Tolhidos de usufruir do espaço ao qual estavam tão íntimos e privados de alguns serviços públicos, forçou boa parte da dos moradores a migrar para as cidades ao redor da UC, resultado esse que ocasionou na perda de vários conhecimentos adquiridos por essas comunidades no decorrer dos séculos.

Essa mudança de ambiente, mudança de rotina e principalmente o choque de culturas foram alguns dos principais motivos para que se houvesse perda de boa parte dos conhecimento tradicionais das comunidades, saberes como do fandango, da roça, da pesca e principalmente no que tange a medicina caiçara (benzimento, ervas medicinais e parto), esse ambiente da cidade, naquele momento desconhecido, impactou na extração e no cultivo de ervas medicinais, no contato com a floresta, no repasse do conhecimento, pois tudo era feito de forma oral e prática. Além disso, a rotina na cidade não facilitou o convívio entre os jovens e os mais velhos que detinham os saberes, além de que na cidade os caiçaras tiveram acesso a medicina convencional, mais comum naquele ambiente e de certa forma mais disseminada.

Invisibilizadas nas cidades e repreendida nos limites da UC, a medicina caiçara foi, assim como outros saberes, perdendo seus mestres, muitos pelo distanciamento do seu território e outros pelo avançar da idade também foram falecendo, como muito falado pela benzedeira na entrevista.

Se no passado a medicina caiçara era pautada nas relações comunitárias, sendo uma atividade voluntária que visava o cuidado com o próximo (vizinho, parente ou conhecido), o mesmo não se pode dizer sobre a medicina da cidade (a dita moderna). Uma forma de perceber a diferença entre estas duas “modalidades” de medicina (a caiçara e a moderna), é comparar a prática dos partos. hospitais e por médicos que mal conhecem a paciente, na medicina caiçara a parteira mantém estreitas relações com a família, antes e depois do nascimento das crianças. Essa é a grande diferença que vemos hoje em relação à medicina moderna (ou convencional), onde tudo é tratado com o pensamento capitalista e de mercantilização das relações pessoais, com falta de humanização e aproximação

entre médico e paciente. Não à toa, cada vez mais se escutam relatos sobre descasos com progenitora e situações de violência obstétrica (fatos basicamente impensáveis na medicina caiçara).

Percebe-se que se não houvesse a implementação de uma unidade de conservação talvez os conhecimentos pudessem ter sido passados adiante, para as mulheres dessa geração, mesmo que os conhecimentos não pudessem ser postos em práticas exatamente como eram antigamente (como, por exemplo, os partos em casa, poderiam ter acompanhamentos durante o período de trabalho de parto, pois existem vários métodos como chás, banhos de assentos que são de grande valia, evitando a ida precoce aos hospitais e os abusos e violências obstétricas ocorridos no pré-parto). A perda dos conhecimentos medicinais dos parto caiçaras e da sua prática chega a ser um crime, podemos chamar isso de etnocídio, visto que estes conhecimentos fazem parte de uma cultura, são saberes ancestrais seculares.

Como já citei no primeiro capítulo, pelo fato de fecharem as escolas, as crianças das comunidades da Juréia tiveram que ir estudar na cidade, assim seus pais se viram obrigados a deixar o território, pois não tinham condições de ir para cidade e morar na comunidade, devido a distância. E quando alguns tentaram retornar foram criminalizados, a FF julga que os moradores não são tradicionais do território. Acredito que se a Educação do Campo, ou mais precisamente, as educadoras e os educadores do campo contribuirão apoiando o retorno da escola caiçara no território, conseguiremos dar continuidade às práticas e passar adiante as nossas tradições, pelo menos para as crianças que ainda continuam no território, pois é necessário e de grande importância, se não a nossa cultura vai se apagar totalmente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou refletir sobre os impactos que o racismo ambiental historicamente causou sobre a medicina caiçara dos moradores atingidos pela criação da EEJI. No resgate histórico deste processo, observa-se os prejuízos causados por decisões tomadas sem a avaliação necessária do contexto geral de determinada situação e sem levar em consideração a opinião de todas as partes interessadas no processo. A situação discutida neste trabalho deixa explícito que a parte prejudicada foi aquela que tinha menos instrução ou aquela marginalizada, situação evitável que perdura por muitos anos e que continua causando prejuízos.

A revisão bibliográfica demonstrou as várias faces do mesmo problema, e permitiu associar a criação da UC com a temática do racismo ambiental. A entrevista realizada acabou confirmando a teoria, retratando do ponto de vista de quem viveu na pele as consequências reais da exclusão de um processo do qual trata literalmente de sua vida e da expulsão do seu território. A entrevistada ajudou com suas falas a ligar os acontecimentos descritos nas bibliografias e a compreender o contexto histórico e territorial em que ocorreram.

Este documento serve também como meio de manifestar uma denúncia, de fatos ocorridos no passado e que estão vivos na fala não somente desta entrevistada, mas de outros moradores que ainda vivem e lutam para reparar essa situação. Futuras pesquisas podem ser feitas neste território, visando aprofundar o conhecimento sobre o racismo ambiental na região, bem como sobre o próprio território tradicional dos caiçaras.

Pensando no problema de pesquisa proposto neste trabalho acredito que o racismo ambiental está explícito na forma como o Estado gerou a exclusão da comunidade do processo de tomada de decisão na implementação da UC de proteção integral, bem como na própria expulsão dos caiçaras de seu território e na idéia de que essas comunidades são incapazes de conviver em harmonia com a natureza da qual cuidaram por gerações (taxando como invasores e privando-os de vários serviços públicos como, por exemplo, a educação que é um dos grandes motivos ou ferramentas de expulsão através do fechamento de escolas).

Com isso, para além de soluções mais diretas e de longo prazo, mas que poderiam resolver definitivamente os conflitos territoriais (como a recategorização da

UC que sobrepõe as comunidades para uma de uso sustentável ou a demarcação de um território caiçara nos formatos dos territórios quilombolas e de terras indígenas), podemos, por ora, pensar em como a formação em educação do campo, respeitando seus princípios de alternância e itinerância, pode auxiliar nesse processo de construção de um plano de formação dos jovens na comunidade, sem que estes precisassem se ausentar e deixar de praticar o modo de vida tradicional, poderia ser uma estratégia importante para garantir a formação concomitante à permanência das famílias no território. Isto pode ser importante principalmente para que as crianças possam dar continuidade à nossa cultura no território tradicionalmente ocupado. Hoje, a comunidade vem se reunindo para a retomada da escola caiçara, usando os princípios da educação do campo como base nessa retomada que terá de início a educação infantil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LIMA, A. S; HAYAMA, A. T; CASTRO, R. R. O cuidado da casa comum caiçara. **Le monde diplomatique Brasil**, 03 ago. 2020. Disponível em: <<https://diplomatie.org.br/o-cuidado-da-casa-comum-caicara/>>. Acesso em 03 de outubro de 2023.

MUNIZ, J. C.; SILVA, L. E. da. "MAIS QUE ISSO EU NÃO POSSO FALÁ": NOTAS SOBRE BENZEDURAS E PARTEIRAGENS CAIÇARA EM GUARAQUEÇABA/PR. **Hygeia - Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde, Uberlândia, v. 12, n. 23, p. 31-43, 2016.** (Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/hygeia/article/view/33704>).

FRANCO, P. C. Queimaram nossa casa na Juréia!. **RIDPHE_R Revista Iberoamericana do Patrimônio Histórico-Educativo, Campinas, SP, v. 7, n. 00, p. e021007, 2021.** (Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/ridphe/article/view/15546>.)

FRANCO, Paulo Cesar. Escola caiçara da Juréia: educação caiçara na comunidade da Cachoeira do Guilherme, Iguape-SP. **Cobra Coral Edições**, 2022.

PAES, S. R. Espaço da vida, espaço da morte na trajetória caiçara. **Cadernos CERU, [S. l.], v. 10, p. 9-38, 1999.** (Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ceru/article/view/75058>).

ADAMS, C. As populações caiçaras e o mito do bom selvagem: a necessidade de uma nova abordagem interdisciplinar . **Revista de Antropologia, [S. l.], v. 43, n. 1, p. 145-182, 2000.** (Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/27091>.) Acesso em: 25 out. 2023.

ADAMS, Cristina. As roças e o manejo da Mata Atlântica pelos caiçaras: uma revisão. *Interciencia*, v. 25, n.3 p. 143-150, 2000. Artigo Científico.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. Caxeta no vale do ribeira (sp): estudo socio-economico da populacao vinculada a extracao e ao desdobro da caxeta. São Paulo:

Núcleo Áreas Úmidas/USP/Secretaria do Meio Ambiente. 1991. Acesso em: 19 de Nov. de 2023.

MUSSOLINI, G. **Cultura Caiçara. Ensaios de Antropologia Indígena e Caiçara.** São Paulo: Paz e Terra, 1980.

ALVES, Daiane Neves, HONORATO, Vanessa Muniz, BATISTA, Ândrea Francine. Taperas e resistência: comunidades tradicionais caiçaras da Juréia (SP). ***Projectare: Revista de Arquitetura e Urbanismo*, pp. 1.11, 2021.**

PACHECO, T. Desigualdade, injustiça ambiental e racismo: uma luta que transcende a cor. **Combate Racismo Ambiental**, out. 2007. Disponível em: <<https://racismoambiental.net.br/textos-e-artigos/desigualdade-injustica-ambiental-e-racismo-uma-luta-que-transcende-a-cor/>>. Acesso em: 28 de nov. de 2023.

MARTIN, Roberto. Povos tradicionais do Vale do Ribeira acusam o governo paulista de racismo ambiental. **Carta capital**, Brasília, maio. 2021. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sustentabilidade/vale-do-ribeira-jureia-manifesto-racismo-ambiental/>>. Acesso em 04 de outubro de 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Presidência da República, Casa Civil, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 04 de outubro de 2023.

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. **Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.** Brasília, DF: Presidência da República, 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em: 04 de outubro de 2023.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção n. 169 sobre povos indígenas e tribais e resolução referente à ação da OIT.** Brasília: OIT, 1989. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao_169_OIT.pdf>. Acesso em 04 de outubro de 2023.

COELHO, Luisa. Racismo ambiental, uma ameaça para a alimentação, cultura e modos de vida de comunidades tradicionais. **O joio e o trigo**, 27 de abril de 2022. Disponível em: <<https://ojoioetrigo.com.br/2022/04/racismo-ambiental-uma-ameaca-para-a-alimentacao-cultura-e-modos-de-vida-de-comunidades-tradicionais/>>. Acesso em 27 de setembro de 2023.

Pautas Sociais – Racismo Ambiental no Vale do Ribeira. **Portal Sesc**, Jan. de 2020. Disponível em: <https://portal.sescsp.org.br/online/artigo/13919_PAUTAS+SOCIAIS+RACISMO+AMBIENTAL+NO+VALE+DO+RIBEIRA>. Acesso em 27 de setembro de 2023.

FILHO, Paulo Fortes. Falares Caiçaras. Enciclopédia Caiçara. (Org.) Antonio Carlos Diegues. Vol. II. São Paulo: Hugitec-NUPAUB/Usp, 2005.

VENDRÚSCOLO, Cláudia Tomasi & KRUEL, Cristina Saling. A história do parto: do domicílio ao hospital; das parteiras ao médico; de sujeito a objeto. **Disciplinarum Scientia. Série Ciências Humanas**, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufn.edu.br/index.php/disciplinarumCH/article/view/1842>>. Acesso em 17 de janeiro de 2024.

RÔHE, C.; THADEU, L. Planta da parte de uma linha telegráfica, mostrando o morro da Juréa, morro do Guilherme e morro da Viúva. Código de Referência: BR RJANRIO OG.0.MAP.106. **Acervo do Arquivo Nacional**, 1876. Disponível em: <http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_RJANRIO_OG/0/MAP/0106/BR_RJANRIO_OG_0_MAP_0106_d0001de0001.pdf>. Acesso em: 26 out. 2023.

MOREIRA, Carlos Alberto. Música Benzedura. Letras. Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/janaina-maia/1549096/>>. Acesso em 29 de outubro de 2023.

ANEXO 1

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

(baseado na resolução CNS 510/16)

Prezada Senhora,

A senhora está convidada a participar da pesquisa "**Racismo Ambiental na Juréia: o impacto da Estação Ecológica (ESEC) na medicina tradicional caiçara**", desenvolvida pela discente Vanessa Honorato, discente do Curso de Licenciatura em Educação do Campo-Ciências da Natureza da Universidade Federal do Paraná - setor Litoral, sob a orientação do Prof. Dr. Marcelo Varella.

Esta entrevista é parte fundamental para realização da presente pesquisa, cujo objetivo geral é refletir sobre a influência do racismo ambiental na medicina caiçara das Comunidades da Juréia, a partir da criação da Estação Ecológica da Juréia-Itatins (EEJI). Para atingir parcialmente este objetivo, visamos "descrever a medicina caiçara das Comunidades da Juréia" e "registrar a percepção dos moradores sobre a influência dos conflitos territoriais sobre a medicina caiçara das Comunidades da Juréia". Esperamos poder contribuir, com esta pesquisa, com o entendimento sobre o racismo ambiental no território estudado, apontando para os impactos que a EEJI causa sobre os saberes e o modo de vida das comunidades caiçaras do território tradicional da Juréia, segundo a percepção da comunidade.

Solicitamos sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de Educação do Campo, bem como para publicar, total ou parcialmente, em Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) e em revistas científicas nacionais e/ou internacionais. Por ocasião da publicação dos resultados, todas as informações obtidas na entrevista serão referenciadas com seu nome. Nos comprometemos a utilizar as

informações única e exclusivamente para fins de pesquisa científica. Será garantido à Sra. o acesso aos resultados da pesquisa.

A entrevista da qual você participará terá duração de no máximo 60 minutos. Será gravada e posteriormente transcrita para melhor análise do tema. Os dados obtidos ficarão armazenados sob a posse da pesquisadora pelos próximos 5 anos, período após o qual os dados serão apagados. A participante tem total liberdade para autorizar ou não a gravação dos dados a qualquer instante.

Os riscos dessa pesquisa são mínimos sendo que a Sra. pode se sentir desconfortável em responder alguma das questões norteadoras da entrevista ou com a temática a ser discutida. A Sra. tem a liberdade de não responder ou interromper a sua participação em qualquer momento, sem nenhum prejuízo.

Todos os dados de gravação e transcrição obtidos através da entrevista serão utilizados somente para fins de estudo, a Sra. tem a liberdade de não participar da pesquisa ou retirar seu consentimento a qualquer momento sem qualquer prejuízo (inclusive após ter assinado o TCLE ou participado das entrevistas).

A Sra. não terá nenhuma forma de gasto, tampouco remuneração financeira por participar da pesquisa. Também é garantido o direito a indenização para o reparo ao dano, seja ele material ou imaterial devidamente comprovado que foi causado pela sua participação na pesquisa.

Este termo será assinado em duas vias, pela senhora e pela pesquisadora, ficando uma via em seu poder.

Vanusa Muniz Honorato

Assinatura da pesquisadora

Considerando, que fui informada dos objetivos e da relevância do estudo "**Racismo Ambiental na Juréia: o impacto da Estação Ecológica (ESEC) na medicina tradicional caiçara**", de como será minha participação, dos procedimentos e riscos decorrentes deste estudo, declaro o meu consentimento em participar da pesquisa, como também concordo que os dados obtidos na investigação sejam utilizados para fins científicos (divulgação em eventos e publicações). Estou ciente que receberei uma via desse documento e que terei acesso ao registro do consentimento sempre que solicitado.

Gloria do Prado Laminio

Assinatura da participante

Iguape, SP, 06/10/2023

ANEXO 2

ROTEIRO DE PERGUNTAS QUE ORIENTOU A ENTREVISTA

1 – Apresentação:

Glória, 65 anos, caçara e benzedeira. Mora atualmente na Barra do Ribeira, morava na comunidade tradicional do Grajaúna e Rio Verde.

2 – O que você sabe sobre benzimento e partos que aconteciam na sua comunidade?

O que eu sei de parto que acontecia, que todas as crianças que nasceu aí (nas comunidades da Juréia), como minha mãe que teve dez filhos e minha tia Maria teve nove e todas as minhas tias tiveram filho aí no Grajaúna, no Rio Verde, tudo foi de parteira, toda a comunidade inteira, tinha 300 e poucas famílias e todas essas comunidades inteiras era a parteira que fazia, não tinha médico (na comunidade), era só parteira, né. E graças a Deus nasceram todos perfeitos, todos com saúde, todos bem, nunca deu problema nenhum, nenhum problema, só de que eu lembro tem mais de 50 crianças que nasceu aí, só do que eu lembro, no meu tempo.

E os benzimentos, tudo era benzimento, nós não ia no médico, tudo era benzido nós não ia no médico, tudo era benzido, vermes era benzimento, tomavam remédio também né, mas só que era mais era benzimento, se fizessem um corte na perna, no pé que não levava ponto que não tinha médico era muito longe, era benzimento pra parar o sangue. E se tinha um cobreiro que hoje falam outro nome, também era benzimento, tudo era benzimento, dor de dente era benzimento, só tratavam com benzimento e chá, isso eu sei porque eu morei ai eu lembro.

3 – Benzer é importante?

Ah com certeza, eu acho muito importante porque nós vivemos isso, eu vivi isso, eu criei meus filhos também aí com benzimento, tudo benzimento, acho muito importante acho muito importante e eu que eu puder também eu aprendi a benzer também né, eu benzo também tá bom. Aqui onde eu moro, aqui na Barra, aqui me procuram pra mim benzer, que antigamente falavam cobreiro né, que hoje chamam de herpes e sem o benzimento ele não acaba, não adianta

4 – Como, quando e com quem você aprendeu o que sabe hoje?

Eu aprendi com meu padrinho, que se chamava Sátiro da Silva Tavares, morava lá na Cachoeira do Guilherme, ele benzia todo mundo né. Eu aprendi com ele, aprendi com minha mãe, e minha vó, minha vó sabia benzer também ela me ensinou. E até o parto se for preciso fazer eu faço, eu aprendi, eu fiz o parto da minha mãe quando ela ganhou a Elisia, foi eu que fiz o parto dela.

5 – Já participou de outros partos? E você sabe as técnicas da prática do parto?

Sim, sei sim, se puder, se precisar eu faço sim. Não, só o de Elisia, eu participei do parto de Heraldo também, mas eu não ajudei, só ajudei a fazer alguma coisa, minha avó tava junto e eu não ajudei, minha mãe com minha avó. Mas o de Elisia foi eu quem fiz.

6 – Além de você, quantas pessoas você conhece que faziam prática desses conhecimentos no território?

Olha, um pouco já se foi né, que era Tia Benedita, que era mulher de tio Sezinando, tio Sezinando sabia benzer também de *sapinho*, benzia de cobreiro também, e conheci finado Justino que também fazia isso e conheci pra cá (no entorno da Juréia), conheci seo Domingos...tinha finado Dionísio, tinha Velho Neto que benzia de *quebrante*, tinha Tio Arcide que benzia também de cobreiro, tinha bastante gente

que benzia de tudo, cada um benzia de uma coisa. Agora Seo Sátiro(das comunidades da Juréia) benzia quase tudo, tudo que mandavam pra ele, ele benzia, qualquer coisa ele benzia. Que eu conheço são só esses um só, que eu conheço que benzia. De agora pra cá não conheço muito por aqui não.

7 –Quantas parteiras tinham nas comunidades da Juréia?

Eu conheci tia Téca, eu conheci minha avó, vovó Bernarda, é dona Joana que era a mãe de padrinho Carlos, de Amado. E conhecia a mãe de Carminha, nhá França, Francelina que também fazia parto, era da Cachoeira do Guilherme, dona Joana também era da Cachoeira do Guilherme. E Dona Brizida, daí da Praia do Una, a mãe de, a avó de Nirso, a mãe de dona Paulina, ela fazia parto também, que eu lembro era só essas umas. E tia Jéca, a mãe de Plínio, tia Jéca fazia parto também, ela fez uns parto também dos pessoal né, eu conheci essas uma, essas eu conheci mesmo. Tia Jéca, o nome dela era Angélica. Era bastante. Eu conheci vovó Justina também, que era mãe de vovó Bernarda que também fazia parto. E Tia Téquinha que morava aqui na Juréia, essa tia Téquinha diz que fez o parto da minha mãe, da minha avó ela que fez o parto e ainda conheci ela ainda, já pensou!!!

8 – Sobre os partos especificamente, como se dava esse trabalho tão essencial? Se não fosse pelas parteiras, como aconteciam os nascimentos e onde? Quais as vantagens e desvantagens de cada “modalidade”?

Quando as mães sentiam as dores do parto, as parteiras iam pra casa da mãe da criança e fazia banho e elas usavam um pouco de banha de raposa antigamente, passavam na barriga das mulheres, com aquela banho faziam massagem e iam ajeitando as crianças no jeito punhavam encaixadinho tudo elas sabiam, eu sei disso que faziam, e tinha simpatia também que faziam, era isso e mais alguma coisa que faziam que não dá pra gente falar, era assim Tinha bastante simpatia que faziam e eu tenho conhecimento de fazer. E aí cortavam o umbiguinho da criança,

amarravam com uma cordinha, uma cordinha de fio de pano, cordinha de fio de saco que falavam, fio de algodão, tinha que ser fio de algodão, amarrava e não tinha, nunca inflamava, secava rapidinho, era assim que a gente fazia. E a criança ficava oito dias no quarto, não saía do quarto, a mesma coisa que ficasse internado lá no quarto, dava banho lá e se alguém quisesse visitar tinha que se sapecar numa fumaça de folha assim do mato, faziam fumaça de capim, se sapecava e depois entrava no quarto. Esse eu sei como fazia. E depois do parto faziam banho de erva para as mães também.

9 – Você acha que essas práticas diminuíram? O que e quando no seu ponto de vista pode ter ocasionado ou influenciado isso?

Diminuíram porque o pessoal foram saindo lugar que morava né nas terras, foram *expulsado* no lugar onde morava, e foram perdendo seus costumes, foram perdendo tudo o seu costume, os pais já saíam também, já iam para cidade, chegavam lá já tinha médico né, ninguém acreditava em mais nada, sabe já foram se perdendo as culturas, a cultura da gente vai se perdendo, porque quando a pessoa mora no sítio mora tudo na comunidade um ajuda o outro e naquela época ninguém tomava aquele monte de droga que tomam hoje, isso é uma droga não é remédio é droga, porque você toma esse remédio e naquele tempo não tinha. Vê meu pai tá com 90 e poucos anos, a dona Bendita com 95 anos, por que ela morreu? Morreu porque foi para cidade né fica lá, começa a tomar remédio que aqui não tomavam remédio nenhum, e vai acabando com a vitalidade da pessoa com a saúde né. E naquela época não tinha isso, naquela época tomava chá de erva bastante e o remédio era benzimento, as parteiras cuidavam muito bem das mulheres, ninguém tinha problema, quando se via uma mulher com problema que nem agora, tem tanto problema, era para não ter porque os médicos que cuidam né. Eu acho que foi se perdendo por causa de serem *expulsado* do lugar que morava, eu acho isso, que muita gente foi expulso, moravam todo mundo aí foi saindo pessoal aí cada um pega

um rumo cada um sabe, vai ser perdendo a cultura né, aí ninguém mais ensina ninguém, aí não tem mais onde procurar benzimento né e aí já procuram o médico e aí fica assim, acaba-se por isso, por não ter mais moradia no lugar que nós morava e acaba com as culturas e cultura boa hein que nós tinha.

Tudo a nossa cultura foi perdida, a maioria se perdeu por causa de expulsar nós daí né, esse meio ambiente, a turma do estado, foram tirando o pessoal do lugar, foram expulsando e ficou assim como tá hoje.

10 – O fato da criação de Unidade de Conservação sobre as Comunidades atrapalhou a continuidade da medicina caiçara, os partos e os benzimentos?

Não, que eu saiba não, não fizeram isso, mas eles tiraram o povo que tinha aí né. E daí mudaram tudo, tiraram as mulher, minha avó, por exemplo, foi embora para Peruíbe e tia Jeca foi pra Peruíbe também, eu vim pra cá para Barra e o pessoal lá da Cachoeira do Guilherme foram saindo todo mundo, então não tinha como viver aí (na comunidade) então foi saindo e no jeito de outro, foi eles sim que expulsaram né, porque a pessoa não tinha onde trabalhar, não tinha como morar aí foi obrigado a sair não tinha como viver aí, como é que ia viver aí se não deixavam fazer roça, não deixavam pescar, não deixavam caçar, não deixavam fazer nada, a gente teve que sair todo mundo e os mais velhos também saíram com os filhos, quis ir embora saíram e foi se perdendo a nossa cultura né e tá se perdendo muito mais.

11 – Alguém proibiu em algum momento os caiçaras de extrair as ervas medicinais?

Não, nunca falaram, mas não pode.

12 – As parteiras foram proibidas de exercer a prática?

Na época que eu fui ganhar Cleiton eu fui pra Santos, ela foi comigo pra Peruíbe tomar conta de mim lá em Peruíbe mas não fez o parto porque tinha medo, porque a

polícia andavam aí, eram guarda armado né, e ela ficou com medo e não fez parto, mas por causa da turma do Estado porque senão ela ficava aí né ela fazia parto, ela não se incomodava, até Eraldo foi ela que fez também o parto né ela tava aí ainda ela fez o parto da minha mãe e depois ela veio para cá para cuidar da minha tia, mas o último parto que ela fez foi desses um aí mesmo, porque o restante já foi pra Peruíbe, ganhar nenê pra lá.

13 – E qual a diferença entre os partos feitos na comunidade e os de agora pra você?

Com certeza, com certeza porque no sítio era mais preservado as coisas né, agora lá no hospital tem muita bactéria tem muita doença, tem muita coisa, tem muita gente, muita mistura, e no sítio o parto era tranquilo, era limpo, lá também é limpo, não é por isso, mas é porque tem muita bactéria no hospital, quantas doenças não tem, quanta mistura de gente não tem lá. Eu acho que as crianças aí não nasciam amarelinho, nunca nasceram amarelo, nunca tinham amarelão, não tinha problema, não sei se é porque eu era muito pequena né, mas eu nunca vi problema nenhum com as crianças que nasciam aí. Tinham todo um cuidado para não molhar o umbigo, tinha cuidado para não fazer visita né com gente que tinha outras doenças pra não pegar. O sítio é um lugar limpo, e não tem sujeira nenhum e aqui na cidade já tem muito lixo muita coisa sabe, é diferente até uma água que você pisa aí ela é limpa e aqui não se você pisa na água daqui uns dias tá com o pé só frieira, só bactéria, só sujeira, ai é tudo limpo.

14 – Os caiçaras que praticam e praticavam benzimentos já sofreram algum tipo de preconceito no modo geral e também da Fundação Florestal?

É daquele tipo de gente que eles não falavam pra você não pode fazer isso, não pode fazer, mas falavam que se acontecesse alguma coisa você vai dá conta aqui, se você vai fazer parto e acontecer alguma coisa você é a responsável. A mesma

coisa do remédio, antigamente você dava um remédio pra turma, ensinava uma erva, hoje não pode ensinar, porque se ensina e bebe errado, pronto já vão pra cima falar que fez mal, de primeiro a gente sabia que não fazia mal, pois todo mundo usava. Hoje em dia não dá pra ensinar nada, de primeiro tomavam remédio purgante para dor, pronto saia aquela dor, quantas vezes não fizemos isso. Hoje a gente vê uma criança doente, não podemos dar o remédio, tem que ir pro médico e é isso que estraga o lugar. E naquela época os guarda-parques e as pessoas que vinham de fora falavam pra vovó se a senhora fizer e acontecer alguma coisa a senhora vai ver.

15 – Alguma caiçara tentou dar continuidade nos partos após o êxodo das famílias?

Teve interesse mas só que as parteira, minha avó, por exemplo, tinha medo né porque já ia muita gente aí e metiam medo que se ficasse aí acontecesse alguma coisa aí, até eu no tempo que eu fiquei que eu tava grávida de Cleiton meu primeiro filho, minha avó já tava pra Peruíbe, tinha ido para lá para Barra do una, morar pra lá, aí ela não fez o meu parto porque ela tinha medo porque eles falavam né que não podia mais porque era perigoso, eles não deixavam mais, não que não deixassem, ela ficava com medo né, porque tinha médico, já meteram medo nela que de repente aconteceria alguma coisa, ela ficou medo e não fez mais partos.

16 – Hoje em dia, a medicina caiçara poderia conviver/ fortalecer com a medicina convencional? Ou uma prática acaba com a outra?

O benzimento a gente tem que manter, porque não pode perder, tem que sempre alguém fazer.